

## SINCRETISMO RELIGIOSO NOS FESTEJOS DO CATOLICISMO NORTE-MINEIRO. UMA ABORDAGEM

FRANSCINO OLIVEIRA SILVA\*

Na prática do Catolicismo norte-mineiro nas primeiras décadas do século XX, mesmo com a escassez de clero, o povo soube permanecer na prática da fé católica. Trata-se de uma sociedade marcadamente rural. Embora os padres habitassem na cidade, durante o ano eles estendiam sua ação à área rural, percorrendo os povoados e fazendas dos arredores, beneficiando o povo com a desobriga. Nos lugares mais distantes, dificilmente o povo recebia um padre na sua região. Durante as missões, o povo viajava a pé ou a cavalo vários quilômetros para participar dos sacramentos. Em cada canto da diocese, as famílias tinham suas próprias rezas, seus cantos para marcar os acontecimentos da vida com a própria fé. A falta de padres não impedia que elas permanecessem firmes no catolicismo. O grande catecismo que marcava a vida do povo era a contemplação dos mistérios do Rosário que nas ocasiões mais solenes, era cantado. Em geral, a falta de sacerdotes levou o povo espalhado pelo extenso território diocesano a viver uma prática do catolicismo a seu modo<sup>1</sup>.

---

\*Professor da Universidade Estadual de Montes Claros. Doutor em História Social. Agradeço o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG para a participação no XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH/2013, em Natal-RN.

<sup>1</sup>Cf. diversos artigos sobre o Catolicismo Popular que são contribuições da V Semana Teológica de Petrópolis (17-20 fevereiro), em 1976: W. C.ESAR, «O que é «Popular» no Catolicismo Popular», *REB*, 36 (1976) 5-18; L. BOFF, «Catolicismo Popular: que é Catolicismo?», *REB*, 36 (1976) 19-52; A. ANTONIAZZI, «Vários Interpretações do Catolicismo Popular no Brasil», *REB*, 36 (1976) 82-94; R. AZZI, «Elementos para a História do Catolicismo Popular», *REB*, 36 (1976) 95-130; P. A. R. de OLIVEIRA, «Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro», *REB*, 36 (1976) 131-141; F. C. ROLIM, «Condicionamentos Sociais do Catolicismo Popular», *REB*, 36 (1976) 142-170.

Em geral, a vivência do catolicismo nessa região era regada pela presença dos missionários quando pregavam as missões e pelas romarias feitas pelo povo aos Santuários de Bom Jesus da Lapa-BA<sup>2</sup> e Aparecida do Norte-SP<sup>3</sup>. Quando foi realizado o censo de 1940<sup>4</sup>, ficou comprovado que quase 100% da população era católica. No recenseamento de 1940, foi constatado que no município de Montes Claros, numa população de 61.532 habitantes, 61.130 eram católicos, 345 de outras religiões, 27 sem religião e 30 de religião não declarada. E essa realidade era semelhante nos demais municípios da diocese.

No que diz respeito ao município de Montes, nessa época, a população da sede representava 22,38% da população total do município. A densidade demográfica do município foi calculada em 16,75 habitantes por Km<sup>2</sup>. Como é possível observar, tratava-se de uma população marcadamente rural:

População	Total	Urbana	Suburbana/Rural
Montes Claros	29.082	13.768	15.314
Bela Vista	19.941	604	19.337
Juramento	7.896	545	7.351
Morrinhos	4.613	399	4.214
<b>Total</b>	<b>61.532</b>	<b>15.316</b>	<b>46.216</b>

<sup>2</sup>Trata-se de um dos mais importantes santuários do Nordeste, ao lado de Juazeiro e Canindé. Esse santuário sempre atendeu os peregrinos que vão especialmente da Bahia e Minas Gerais. Steil observa que «a origem do santuário da Lapa está associada a dois movimentos que marcaram a espiritualidade católica do Brasil dos séculos XVI a XVIII: o de peregrinação em direção à natureza e o das aparições e descobertas de imagens milagrosas. No caso desse santuário dentro de uma gruta, existe uma ligação estreita entre o santuário e a natureza circundante, repleta de elementos geográficos de grande valor simbólico» (Cf. C. A. STEIL, *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa-BA*, Petrópolis 1996).

<sup>3</sup>A primeira romaria da Diocese de Montes Claros à Aparecida do Norte ocorreu em 1927. Para essa romaria foi formada uma comissão com a seguinte diretoria: D. João Pimenta, Cônego Marcos Van In, Dr. João Alves, Dr. José Corrêa Machado, José R. Prates Júnior, José Dias de Sá, João Salgado e Lindolpho Quinteiro. A passagem ida e volta custou 195 mil réis (Cf. «Primeira Romaria da Diocese de Montes Claros à Aparecida do Norte», in *Gazeta do Norte*, 587 (28 maio 1927) 4). O Papa Pio XI declarou e proclamou Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil aos 16 de julho de 1930, «para promover o bem espiritual dos fiéis e aumentar cada vez mais a devoção à Imaculada Mãe de Deus». A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em sua assembléia geral de 1953, determinou que a festa fosse celebrada definitivamente no dia 12 de outubro de cada ano (Cf. J. BRUSTOLONI, *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*, Aparecida-SP 1998, 343-351).

<sup>4</sup>Cf. Informações dos principais resultados censitários de 1940 do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, «Sinopse estatística do município de Montes Claros», Rio de Janeiro 1948, 13, in *Arquivo Público Mineiro (Estatística 64, F.M., 318, B, Caixa 11a)*.

A população era jovem, entre as idades zero e dezenove anos estavam 34.598 habitantes, entre vinte e cinquenta e nove anos, 24.979, e os idosos com mais de sessenta anos eram 1.955 habitantes. O analfabetismo era acentuado, poucas pessoas sabiam ler e escrever. Os homens eram mais escolarizados, 5.984 sabiam ler e escrever, e 2.499 mulheres tinham essa mesma capacidade. Isso mostra que o clero de Montes Claros exercia o seu ministério junto a um povo simples de pouca instrução escolar. A maioria desse povo era portador de uma ignorância ou superficialidade religiosa, segundo o pensamento do episcopado brasileiro.

O franciscano Bernardino Leers, numa análise do catolicismo rural mineiro, observou o seguinte:

Se na boca do povo o diabo já não é tão feio como se pinta, «a fortiori» a ignorância religiosa do povo não é tão grande como às vezes se dá a entender, nem em termos de saber, nem menos ainda em termo de viver. O homem do campo conhece o milagre e o santo melhor, às vezes, do que o padre, mas em sua existência não escolarizada não dispõe do estoque variado de conceitos e distinções que um intelectual usa no século XX. Isso coloca-o numa situação embaraçosa que deixa sem respostas as perguntas, provenientes da área da elite teológica, porque não a compreende sua desconfiança é como a ignorância dos três macaquinhos: não vê, não ouve, não fala, conseqüentemente não sabe. Todavia, seu catolicismo como arte de viver é mais autêntico, profundo e pessoal que um manual de teologia dogmática em cinco volumes<sup>5</sup>.

Inúmeras referências sobre a ignorância religiosa no Brasil encontram-se nas cartas pastorais do episcopado brasileiro. Sobre esta realidade merece destaque o pensamento de D. Leme apresentado na sua carta pastoral, escrita aos seus diocesanos ainda sem conhecê-los, em 1916, quando foi nomeado Arcebispo de Olinda. Antes de sua partida, ele preparou uma Carta Pastoral ao Clero e aos fiéis da Arquidiocese. Ao tratar da ignorância religiosa ele não aborda exclusivamente a realidade de Olinda, mas algo que diz respeito ao Brasil. A ignorância religiosa, de fato, era muito grande. O clero, insuficiente. As populações rurais estavam praticamente abandonadas. Eram poucos os movimentos de associações religiosas. Nessa ocasião, D. Leme insiste em apresentar a ignorância religiosa como a raiz dos grandes males sociais:

Essa grande massa que, nas energias inconsumíveis da sua têmpera constitui o nervo resistente à dissolução da pátria; esse povo imenso que forma aquilo

---

<sup>5</sup>B. LEERS, *Catolicismo Popular e Mundo Rural*, Petrópolis 1977, 28.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

que o Brasil tem de mais puro e forte, esse heróico povo brasileiro, cuja fibra sofredora tem sido uma verdadeira odisséia na luta insana contra os elementos da Natureza e as injustiças dos homens; esse povo desconhecido que jornadaia na vastidão dos campos ou lida no vaivém das cidades; o Povo, enfim, o povo rude e pobre, é vítima da mais lamentável ignorância religiosa<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>D OM SEBASTIÃO LEME, *Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda, saudando a sua arquidiocese*, Petrópolis 1916, 44-45.

D. Leme apresentou os meios, segundo ele eficazes, para combater o grande mal da ignorância religiosa: a pregação, boletins paroquiais, livros de devoção, a educação no lar, todos deviam ser educados na verdade e no bem. Fala da instrução do povo com esperanças de um Brasil melhor. D. Leme parece não desconhecer a pavorosa crise política que atravessava o país. Neste contexto histórico, apresentava a verdadeira necessidade do Brasil:

Para ser a mais bela e a mais rica das nações, o Brasil precisa... de homens, apenas. Nem se requer que sejam estadistas consumados ou políticos de vocação. Basta sejam homens de bem. Por que exagerar os nossos males políticos? A um só se reduz o mal: - não se respeitam as leis. Ora, para fomentar o culto da lei, nada melhor que a religião. [...] Haja educação cristã, iluminada e austera, e teremos magistrados, legisladores e toda uma floração de homens públicos, respeitadores da lei e respeitados do povo<sup>7</sup>.

Finalmente, em sua carta, D. Leme recomendou ao clero que insistisse com os pais sobre o dever que têm de educar cristãmente os filhos, *«sendo a escola do lar a primeira garantia do futuro do indivíduo, da família, da sociedade e da pátria»*.

Para que o objetivo da Igreja em inculcar no povo aquilo que era considerado o verdadeiro catolicismo, nas cidades que compreendiam o Norte de Minas Gerais, como em todo o Brasil, as Associações religiosas tornaram-se o meio mais apropriado para que o povo experimentasse um maior envolvimento com os ensinamentos e práticas da própria fé.

Nesta oportunidade, pretende-se apresentar uma abordagem acerca das festas populares e religiosas ocorrentes no Norte de Minas, no território antes pertencente à diocese de Montes Claros. Pretende-se através das Festas de Agosto analisar a realização dessas festas e o parecer da Igreja, bem como citar outras festas de algumas cidades norte-mineiras, o caráter dessas manifestações religiosas, seus rituais, suas características e o comportamento das pessoas durante tais comemorações. Observa-se que ao lado de um catolicismo romanizado, devido às circunstâncias especiais do tempo, formou-se também um sincretismo religioso que não deixa de apresentar elementos de real valor<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> *Ibid.*, 85-86.

<sup>8</sup> Ao observar as práticas do catolicismo no Norte de Minas durante as primeiras décadas do século XX, é difícil estabelecer marcos divisórios entre o que é catolicismo oficial e popular, entre o que é

Os festejos religiosos do Norte de Minas, na região que compreende o extenso território que compreendia a primitiva diocese de Montes Claros, são festas populares ou manifestações da religiosidade<sup>9</sup> de um povo e já existiam no século XIX. Assim, pode-se comprovar que em toda comemoração religiosa, as pessoas encontram uma forma de expressar seus agradecimentos pelas graças ou curas alcançadas<sup>10</sup>. No decorrer do tempo, observa-se que as festas religiosas ou populares do Norte de Minas são expressões humanas de promessas, de esperanças, de convívio e fé. Tais comportamentos de fervor traduzem e refletem o significado da fé cristã para as pessoas.

[...] Entende-se que, através da festa, o povo comemora sua crença no Espírito Santo, e isso se faz com o recurso de qualquer um dos acontecimentos tradicionais dos festejos, sejam eles religiosos ou profanos. A festa traduz simbolicamente a fé no Santo, e cada um dos seus momentos é uma forma de praticar o culto coletivo da cidade pelo Espírito Santo [...]<sup>11</sup>.

Para integrar a confraternização popular e religiosa, percebe-se que os festejos religiosos da região eram coroados por rituais sagrados e profanos. Dentre os rituais santos estão a presença das missas, procissões, sermões, bênçãos, rezas e ladainhas. Do lado profano das festas observam-se as danças e os espetáculos dos fogos. Assim, a devoção dos fiéis nas comemorações é aquecida através dos fogos de artifícios e das fogueiras, coroada de balões, bandeiras e mastro. Ainda fazem parte desse ritual cristão os variados comes e bebes. Os festejos religiosos norte-mineiros têm suas origens nas tradições européias, ou seja, foram os colonizadores portugueses que trouxeram para o Brasil-colônia as tradicionais festas populares religiosas<sup>12</sup>. É válido

---

catolicismo ou já simplesmente sincretismo religioso (Cf. R. AZZI, «Elementos para a História do Catolicismo Popular», *REB*, 36 (1976) 95).

<sup>9</sup>Cf. M. A. J. V. GAETA, «A Cultura Religiosa Popular: Polêmicas, Aporias e Desafios Hermenêuticos», in *Estudos de História*, São Paulo 1994, 13.

<sup>10</sup>Para acrescentar cf. M. C. T. MACHADO, «Pela Fé: A Representação de tantas histórias», in *Estudos de História*, São Paulo 1994, 51.

<sup>11</sup>C. R. BRANDÃO, *O Divino, o Santo e a Senhora*, Rio de Janeiro 1978, 67.

<sup>12</sup>Segundo revelam os estudos de Riolando Azzi sobre o catolicismo popular, «o Catolicismo do Brasil é em máxima parte herança de Portugal: a maioria das devoções são trazidas da terra-mãe, bem como o gosto pelas procissões, o hábito das romarias e a crença nos milagres» (R. AZZI, «Elementos para a História do Catolicismo Popular», *REB*, 36 [1976] 96).

ressaltar ainda que há a influência também da cultura indígena e africana e de outras raças nesses festejos<sup>13</sup>.

Para o estudo dessas festas populares, nem sempre é fácil encontrar documentos que possibilitem uma análise mais acurada. Dentre as festividades populares religiosas destacadas no Norte de Minas estão as Folias de Reis, as Pastorinhas e as Festas do Boi de Reis, todas essas ocorrentes no mês de dezembro e janeiro; as Festas de Maria, realizadas no mês de maio, marcadas por coroação da Nossa Senhora, acompanhada de crianças vestidas de anjo; as Folias do Divino ou as Festas do Divino Espírito Santo, festejadas entre agosto e setembro; as Festas Juninas ou do mês de junho (Santo Antônio, São João e São Pedro); as Festas de Nossa Senhora do Rosário; as Festas de Santa Luzia, em dezembro, as Festas de São Gonçalo e as Festas de Santa Cruz<sup>14</sup>.

É certo que tais festas religiosas, como já fora dito, sempre foram realizadas para homenagear santos e exaltar a fé popular, acrescentando ainda que nesses eventos se agrupam o povo e o padre, normalmente. Assim, logo após as solenidades santas, geralmente presididas pelo sacerdote, realizavam-se as grandes festas, conforme diz Edilece Souza Couto em seu artigo *Religiosidade e tradição indígena na Bahia*:

[...] Quando havia um pároco, ele apenas cumpria a sua obrigação dentro do templo, e deixava que os fiéis realizassem a festa, da mata à porta da igreja, ao seu próprio modo.

Assim, após o ritual católico a festividade ganhava outros significados. Era momento de festejar o encontro de parentes e amigos, estabelecer laços de sociabilidade e confraternização [...] <sup>15</sup>.

As Festas do Norte de Minas sempre foram marcadas não só pela manifestação da fé, mas também pelo encontro com amigos e parentes. Essas festas sempre foram mais alimentadas pela tradição leiga do que pelo incentivo do setor institucional da Igreja. Mesmo que a Igreja fizesse um esforço para inculcar nos fiéis seus ensinamentos, essas festas muitas vezes foram vistas pelo clero com desdém,

<sup>13</sup>Cf. M. de C. SOARES, «Identidade Étnica, Cultura e Religiosidade», in *História e Religião*, Rio de Janeiro 2002, 120.

<sup>14</sup>Cf. I NSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS – IGA/FAPEMIG, *Atlas de Festas Populares do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte 1998.

<sup>15</sup>E. S. COUTO, «O mastro de São Sebastião: Religiosidade e tradição indígena na Bahia», *Revista do Curso de Pós-Graduação em História*, Franca 1994, 115.



# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

vendo nelas expressão de ignorância religiosa. Acrescenta-se ainda que cada festa religiosa na região tem as suas características próprias e que cada uma tem a sua repercussão. Existe uma riqueza bibliográfica referente a essas festas no Norte de Minas e no Brasil, mas não foi possível encontrar documentos que permitissem uma análise do parecer do clero em relação às mesmas. Nesse sentido sobre as festas de Agosto em Montes Claros foi possível colher alguns dados.



### – As Festas de Agosto em Montes Claros

No mês de agosto, o mês do Folclore, em Montes Claros, celebram-se as tradicionais festas populares, as Festas de Agosto. Dentre elas, destacam-se as festas católicas. Podemos citar as Festas de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Divino Espírito. A Festa do Folclore em Montes Claros resgata algumas festas religiosas que o povo celebra durante o ano, é festa de muita alegria, colorida, pois misturam-se cores, fitas, pessoas vestidas de rei e rainha que seguem a passeio pelas ruas da cidade. Em seguida, o povo se reúne na Praça Portugal, entra na igreja do Rosário onde é celebrada uma missa solene. Nessa ocasião, há muito foguete e danças.

Essas festas de agosto fazem parte das velhas tradições de Montes Claros. Nos três dias de festas, as marujadas, os caboclinhos e as cavalladas são uma revivescência de lendas, costumes, um metacronismo pitoresco que a sociedade de Montes Claros procurou conservar pelo seu valor de lembrança que traz dos tempos da formação etnológica brasileira, no formidável caldeamento das três raças mães: os índios, os negros e os brancos<sup>16</sup>. De fato, a religiosidade brasileira compõe-se de elementos africanos, ameríndios e ibéricos e das populações vindas da Europa moderna<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup>Segundo algumas informações encontradas no jornal *Gazeta do Norte* existia numa zona da diocese, denominada Jaíba, mais de 20.000 negros que viviam nesse período em estado semi-bárbaro, mal vestidos, (por vezes semi-nús), alimentando-se, principalmente, de caça e pesca, morando em choças miseráveis e com vida religiosa, extremamente rudimentar (Cf. «Jaíba», in *Gazeta do Norte*, 1.749 [15 setembro 1946] 1).

<sup>17</sup>A respeito do sincretismo religioso presente no sertão, Euclides da Cunha traça um retrato da fé do sertanejo no seu romance *Os Sertões*: «A sua religião é como ele – mestiça. As lendas arrepiadoras do caopora travesso e maldoso, atravessando célere, montado em caititu arisco as chapadas desertas, nas noites misteriosas de luars claros; os sacis diabólicos, de barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário, nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os lobisomens e mulas-sem-cabeça noctívagos; todos os mal assombramentos, todas as tentações do maldito ou do diabo – esse trágico emissário dos rancores celestes em comissão na terra; as rezas dirigidas a São Campeiro, canonizado *in partibus*, ao qual se acendem velas pelos campos, para que favoreça a descoberta de objetos perdidos; as benzeduras cabalísticas para curar os animais, para amassar e vender sezões; todas as visualidades, todas as aparições fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos; e as romarias piedosas e as missões; e as penitências... todas as manifestações complexas de religiosidade indefinida, são explicáveis. Não seria difícil caracterizá-las como uma mestiçagem de crenças» (E. da CUNHA, *Os Sertões: campanha de Canudos*, Rio de Janeiro 2000, 117-118).

Cada ano os jornais sempre noticiavam a proximidade dessas festas com muito entusiasmo. No ano de 1926, o jornal *Gazeta do Norte* apresentou uma breve descrição de momentos dessas festas:

Os marujos, com o seu capitão, o contra-mestre, o piloto, o porta-bandeira e o calafalinho representam um drama, em que o contra-mestre mata o capitão, depois ressuscitado pelas virtudes da bandeira; o crime é perdoado e todos cantam:

Atrevido contra-mestre /Qual era o teu sentido /Tomar conta da barca /Navegar destemido

Vem depois uma incoerência originária das deturpações na lenda portuguesa: O patrão morreu /Joguemo no mar /O dinheiro dele /É pra nós chulá.

O *auto* é quase todo cantado e acaba festivamente com uma comezaina na casa onde foi representado.

Os caboclinhos saem vestidos de penas, trazendo arcos e flechas à moda dos índios.

As cavalhadas lembram os combates entre cristãos e mouros representando um complicado rapto de uma princesa cristã, que fica como refém dos mouros.

Os catopês recordam histórias africanas e parecem lembrar os feitos de Chico Rei:

Lá vae o nosso rê / com sua rainha ao pé / Lá vem atraz do rê / o fio de Guiné / Pomba arerê / Pomba arerê...<sup>18</sup>.

As festas de agosto sempre foram vividas com muito entusiasmo pelo povo. Desde as primeiras notícias de sua existência que datam de 1829, naqueles dias o povo da cidade e os moradores dos povoados adjacentes afluíam em grande número, em suas roupas domingueiras, para as festas. E como todas as festas populares na região norte-mineira, essas festas na sua simplicidade divertiam o povo, amenizando seus dias de miséria e penúria.

Apesar de todos os motivos que o povo encontrava para justificar essas festas, a Igreja não as abençoava com boa vontade. Os padres brasileiros e estrangeiros celebravam as missas, mas sempre preocupados com os possíveis desvios de algumas pessoas em decorrência dos festejos. Depois os elementos pagãos que eram parte dos festejos religiosos não podiam ser aceitos pela Igreja.

A partir de 1930 essas festas perderam a assistência religiosa da Igreja. Com isso as festas entraram em decadência. Em 1936, houve por parte do jornal *Gazeta do Norte* um forte apelo para que os padres de Montes Claros se interessassem pelas festas de agosto. Segundo o povo, os padres precisavam reconhecer que aquelas festas eram

<sup>18</sup> Cf. «Velhas Tradições», in *Gazeta do Norte* 461 (4 agosto 1926) 1.

cheias de interpretações históricas e interessantes, sem contar que eram lucrativas, permitindo à Igreja algum dinheiro para as suas necessidades. Na reação à atitude da Igreja, apresentaram as seguintes lamentações:

Se é um carnaval, é um carnaval destituído de maldades... É uma injustiça combater o pobre catopê!... Elle de facto é ingenuo. Quer apenas curvar em frente da rainha Nossa Senhora do Rosário, simplesmente por um gesto catholico e cheio de viva fé!

E por que há 6 annos para cá, as festas estão desanimadas? Palavras de um catopê: É porque seus padre num qué que nos faz mais a festa de mestre sabino que morreu cum 104 anno e nunca viu ella nem se desanimá<sup>19</sup>.

Em 1937, os padres de Montes Claros continuaram recebendo críticas pela indiferença deles diante das festas de agosto. Ao falar da necessidade dessas festas, G. Athayde observou

O «civilizado» se rebela contra esta cousa de dançantes e cavaleiros fantasiados. Isto depõe contra Montes Claros, dizem com empatia. O clero por sua vez recebe o «cobre» do rei, da rainha, dos juizes, etc e condena a «palhaçada»<sup>20</sup>.

O mesmo escritor assume a defesa do povo simples diante das críticas dos padres estrangeiros que estavam em Montes Claros:

O que podem estes homens fazer mais do que fazem? Onde receberam eles cultura, instrução e educação artistica para se exhibirem melhor em palcos? Que dia o poder público auxiliou esta gente e lhes aperfeioou o gosto? O clero também porque não protege a festa, já que o povo a quer? Ela não é profana e dá a Igreja alguma renda<sup>21</sup>.

E G. Athayde terminou com uma súplica para que não acabassem com a única festa popular de Montes Claros, pois nela estava a oportunidade de diversão do povo simples principalmente:

O povo, o operário, o trabalhador rural e urbano precisam se expandir, necessitam descarregar a libido ao menos nessas reuniões cujo movel é o culto do catolicismo onde reina a paz, a amizade<sup>22</sup>.

<sup>19</sup>C. CANELA, «A Festa de Agosto», in *Gazeta do Norte* 1.024 (29 agosto 1936) 2.

<sup>20</sup>G. ATHAYDE, «A festa de Agosto é necessária», in *Gazeta do Norte* 1.070 (31 agosto 1937) 1.

<sup>21</sup> *Ibid.*

<sup>22</sup> *Ibid.*

Nos anos seguintes o cônego Marcos Van In continuou celebrando as missas dos santos festejados em Montes Claros nas festas de agosto. Os festejos são sempre marcados por um mesmo ritual, ou seja, notam-se sempre a celebração de missas, promessas e procissões, cidades enfeitadas por bandeirolas, fogos de artifícios e muita dança. É a festa do sagrado dentro da Igreja, enquanto fora, pelas ruas e barracas celebram o profano<sup>23</sup>. As festividades religiosas e populares do Norte de Minas podem ser vistas como um momento também de homenagear o encontro de amigos e parentes. É uma ocasião de comemorar a festa entre Deus e os homens.

Observa-se que as festas populares do extremo Norte de Minas têm a sua origem num catolicismo lusitano, leigo, medieval, onde o povo brasileiro aprendeu a considerar o catolicismo como uma religião sua, não do clero. No Norte de Minas, os padres que vieram de uma formação segundo os moldes tridentinos nem sempre puderam valorizar essas experiências, uma vez que no exercício do ministério estavam mais voltados para um catolicismo individual, sacramental e clerical. Somente os padres estrangeiros parecem rejeitar publicamente esses costumes, pois os padres diocesanos pertenciam àquela região, e ainda que recebessem uma formação rígida no Seminário, aquelas festas estavam, de algum modo, no próprio sangue. Embora reprovassem os desvios morais por ocasião das festas, sabiam também apreciá-las naquilo que para eles tinha um forte valor de tradição familiar.

## Referências

ANTONIAZZI, Alberto, «Várias Interpretações do Catolicismo Popular no Brasil», *REB*, 36 (1976) 82-94.

---

<sup>23</sup> Através de um artigo de Philippe Ariès torna-se interessante uma análise das semelhanças existentes entre a atitude da Igreja no Brasil a partir da metade do século XIX face à religião popular e a atitude da Reforma (e Contra-Reforma Católica) no século XVI na Europa. Uma delas é a luta entre um cristianismo puro, dos reformadores, e um outro necessariamente inferior, destinado a desaparecer. O autor sugere olhar a religiosidade popular não com olhar de reformador, mas como uma religião própria que tem suas crenças e ritos. Numa de suas conclusões, afirma que existe uma maneira de ser cristão ao lado, à margem da elite cristã e mesmo contra ela (Cf. P. ARIÈS, «Religion Populaire e Réformes Religieuses», *La Maison-Dieu*, 122 [1975] 84-97).

- ARIÈS, Philippe, «Religion Populaire e Réformes Religieuses», *La Maison-Dieu*, 122 [1975] 84-97.
- AZZI, Riolando, «Elementos para a História do Catolicismo Popular», *REB*, 36 (1976) 95-130.
- BOFF, Leonardo, «Catolicismo Popular: que é Catolicismo?», *REB*, 36 (1976) 19-52.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, *O Divino, o Santo e a Senhora*, Rio de Janeiro 1978, 67.
- BRUSTOLONI, Júlio, *História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida: a imagem, o santuário e as romarias*, Aparecida-SP 1998, p. 343-351.
- CÉSAR, Waldo, «O que é «Popular» no Catolicismo Popular», *REB*, 36 (1976) 5-18.
- COUTO, Edilece Souza, «O mastro de São Sebastião: Religiosidade e tradição indígena na Bahia», *Revista do Curso de Pós-Graduação em História*, Franca 1994, p. 115.
- CUNHA, Euclides da, *Os Sertões: campanha de Canudos*, Rio de Janeiro 2000, p. 117-118.
- DOM SEBASTIÃO LEME, *Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, arcebispo metropolitano de Olinda, saudando a sua arquidiocese*, Petrópolis 1916, p. 44-45.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga, «A Cultura Religiosa Popular: Polêmicas, Aporias e Desafios Hermenêuticos», in *Estudos de História*, São Paulo 1994, p. 13.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, «Sinopse estatística do município de Montes Claros», Rio de Janeiro 1948, 13, in *Arquivo Público Mineiro (Estatística 64, F.M., 318, B, Caixa 11a)*.
- INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS – IGA/FAPEMIG, *Atlas de Festas Populares do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte 1998.
- Jornal Gazeta do Norte* (Montes Claros). 461 [4 agosto 1926] 1; 587 [28 maio 1927] 4; 1.024 [29 agosto 1936] 2; 1.070 [31 agosto 1937] 1; 1.749 [15 setembro 1946] 1.

LEERS, Bernardino, *Catolicismo Popular e Mundo Rural*, Petrópolis 1977, p. 28.

MACHADO, M. C. T. «Pela Fé: A Representação de tantas histórias», in *Estudos de História*, São Paulo 1994, p. 51.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de, «Catolicismo Popular e Romanização do Catolicismo Brasileiro», *REB*, 36 (1976) 131-141.

ROLIM, Antônio C., «Condicionamentos Sociais do Catolicismo Popular», *REB*, 36 (1976) 142-170.

SOARES, Maria de Carvalho, «Identidade Étnica, Cultura e Religiosidade», in *História e Religião*, Rio de Janeiro 2002, p. 120.

STEIL, Carlos Alberto, *O Sertão das Romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa-BA*, Petrópolis 1996.